

Estágio não obrigatório e o curso de Pedagogia: dilemas e desafios na formação inicial e educação especialⁱ

Non-compulsory internship and the pedagogical training: dilemmas and challenges in teacher training and special education

Ana Lídia de Oliveira Santos

Universidade Paulista - UNIP

Sorocaba-Brasil

João Henrique da Silva

Universidade Federal de Roraima - UFRR

Boa Vista-Brasil

Resumo

O presente estudo teve por objetivo investigar a atuação e percepção dos estudantes do curso de Pedagogia, de uma universidade privada, que realizam estágio não-obrigatório na rede regular de ensino na cidade de Sorocaba, São Paulo. Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, fundamentada no pensamento de Antonio Gramsci e Lev S. Vygotsky. Aplicou-se questionário semiaberto a 87 alunos do curso de Pedagogia. Os resultados apontaram que a maioria dos participantes do estudo eram mulheres jovens, na faixa de 18 a 24 anos de idade, cursavam a primeira graduação, e uma parcela significativa realizava o estágio não-obrigatório. Este tem sido realizado pela maioria dos estagiários no cumprimento de Atividades de Vida Diária (AVD), substituindo a função de cuidador. Inclusive, em alguns casos a tarefa envolve AVD e atividades pedagógicas. Conclui-se que o estágio não-obrigatório se tornou uma estratégia de mão-de-obra barata e precarização da formação do licenciando.

Palavras-chave: Estágio remunerado; Curso de pedagogia; Educação especial.

Abstract

This study aimed to investigate the role and perception of students in the pedagogical training course of a private university, who do non-compulsory internships in the regular teaching system in the city of Sorocaba, state of São Paulo. It is quantitative and qualitative research, based on the thoughts of Antonio Gramsci and Lev S. Vygotsky. A questionnaire was applied semi-open to 87 students of the Pedagogical training course. The results showed that most of the participants of the study were young women, between 18 and 24 years of age, attending their first graduation, and a significant portion of them attended the non-compulsory internship. The non-compulsory internship has been conducted by most interns in the performance of Daily Life Activities (DAA), replacing the role of caregiver. In some cases, the task even involves DAA and educational activities. It is concluded that the non-compulsory internship has become a strategy of cheap labor and precarization of the graduate training.

Keywords: Internship paid; Pedagogical training course; Special education.

Introdução

O estágio é um ambiente de suma importância para a formação e construção da identidade docente, pois representa um campo de conhecimento que apresenta aos futuros pedagogos as problemáticas enfrentadas em sua atuação. Sendo construído por meio da prática, o estágio depende de supervisão, sendo assim, esta prática pode variar conforme a interpretação do professor/coordenador regente. A Lei n. 11.788 de 25 de setembro de 2008, em linhas gerais, define a atuação do estagiário, para o qual há duas modalidades, o estágio obrigatório/supervisionado e o estágio não-obrigatório ou extracurricular (BRASIL, 2008a).

O tema estágio apareceu no decurso de uma pesquisa que analisou as políticas educacionais da Educação Especial no município de Sorocaba, no estado de São Paulo (SP), buscando identificar as necessidades formativas dos professores e dos estudantes público-alvo da Educação Especial – PAEE (SILVA, 2019). Durante a coleta dos dados foi constatado que os estagiários do curso de Pedagogia era, e continuam sendo, um profissional em formação que cumpre um papel relevante para a inclusão escolar do PAEE.

Dessa forma, realizamos um levantamento bibliográfico e referencial (FONSECA, 2002) que buscou compreender o que foi já discutido e pesquisado a respeito de: estágio e formação docente (PEREIRA; SANTOS; SEGUNDO, 2020; PINHEIRO et al., 2018; CASTANHEIRA, 2014; BRITO, 2013; TRICHES; EVANGELISTA, 2012; OLIVEIRA; PINTO, 2011; BARRETO, 2011; PIMENTA; LIMA, 2006; SEVERINO; PIMENTA, 2004; LIBÂNEO, 2003, entre outros); e política de educação especial na cidade de Sorocaba (SILVA, 2019; PUBLIO, 2016; CAMARGO, 2014). Também analisamos os documentos legais referentes à formação docente, quais sejam: a Resolução CNE/CP n. 1/2006 e a Lei n. 11.788/2008.

Tendo presente a avaliação da política de educação especial em Sorocaba, bem como a revisão de literatura e o estudo das legislações, procedemos uma investigação sobre o estágio não-obrigatório realizado pelos estudantes de licenciaturas de Pedagogia, tendo presente sua atuação em escolas públicas que destinam os estagiários para salas de aula que possuem estudantes PAEE, em especial, estudantes com deficiência e transtorno do espectro autista (TEA). Tal situação tem sido problematizada nas instituições de ensino superior, bem como alvo de inquérito pelo Ministério Público Federal em Sorocaba, no estado de São Paulo.

A atuação desses estagiários está sendo recorrente em vários municípios brasileiros (RICARDO; DELGADO, 2014; OLIVEIRA; PINTO, 2011; NISKIER; NATHANAEL, 2006; PRIETO et al., 2004), porque hoje há uma nova orientação da política educacional que garante o direito do aluno com deficiência e transtorno do espectro do autismo (TEA) ser matriculados na rede regular de ensino (BRASIL, 2008b, 2015). A matrícula do PAEE trata-se de uma garantia constitucional de cumprir a universalização da educação básica, em uma perspectiva inclusiva, a qual exige que os municípios ofereçam suporte pedagógico aos alunos PAEE. Assim, os municípios têm contratado estagiários para acompanhar alunos com deficiência em sala de aula.

Todavia, as escolas afirmam que não estão preparados, os professores relatam que não possuem formação na área, entre outros fatores relacionados à problemática da escola contemporânea. Conseqüentemente, as escolas valem-se do estágio não-obrigatório, que é remunerado, para atribuir aos estagiários do curso de pedagogia a função de acompanhar e auxiliar o professor regente no desenvolvimento do trabalho pedagógico para o público já mencionado (GRUPO GLOBO, 2018; NADALETO, 2018).

De acordo com Oliveira e Pinto (2011), por mais que tal ação prática apresenta avanços tanto para os futuros docentes como os alunos com deficiência, ele apresenta limites, por se construir a partir da dinâmica geral da própria sala de aula. Ao invés do estagiário atuar junto ao professor e serem por eles acompanhados, acabam por se tornar responsáveis pelos alunos com deficiência.

Tendo presente essas considerações iniciais, problematizamos: Qual o perfil dos estagiários de Pedagogia de uma universidade privada do interior do estado paulista que realiza os estágios não-obrigatórios na região metropolitana de Sorocabaⁱⁱ? Quais são as funções e papéis desempenhados pelos estagiários na rede regular de ensino? Algumas funções e papéis estão relacionadas à modalidade Educação Especial? Como os estagiários refletem sobre a sua formação inicial e o seu estágio no campo da educação escolar e na educação especial? De que forma os estágios percebem sua formação para a atuação como futuros pedagogos? São perguntas que fazem parte da compreensão geral da avaliação das políticas de educação especial em Sorocaba. Tais políticas usam da estratégia de contratar estagiários do curso de Pedagogia para auxiliar os professores das escolas de educação básica do município.

Estágio não obrigatório e o curso de Pedagogia: dilemas e desafios na formação inicial e educação especial

Portanto, o presente artigo traz resultados do desdobramento da pesquisa sobre a avaliação da política de educação especial em Sorocaba com no foco principal na investigação da atuação e percepção dos estudantes do curso de Pedagogia, de uma universidade privada, que realizam estágio não-obrigatório na rede regular de ensino na região metropolitana de Sorocaba. A partir desse foco, o estudo também teve como objetivos: caracterizar o perfil dos estagiários da Pedagogia de uma universidade privada do interior do estado de São Paulo; analisar os papéis e as funções desenvolvidas no estágio não-obrigatório vinculado a licenciatura em Pedagogia; analisar a percepção dos estagiários de Pedagogia sobre a sua formação, atuação e preparação para o mercado de trabalho.

Inicialmente, apresentamos o método de pesquisa (abordagem, procedimentos e referencial teórico). Em seguida, definimos o estágio não-obrigatório ou extracurricular nos termos da legislação para elucidar a realidade investigada. Apresentamos a síntese do resultado da pesquisa, com vistas a contribuir na qualificação do debate em relação formação inicial dos licenciandos em Pedagogia, formulação de estratégias que possibilitem a articular teoria e prática, bem como instigar o debate sobre os estágios não-obrigatórios e remunerados, para que levem em consideração as necessidades formativas.

Método

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa, fundamentada em Antonio Gramsci e Lev S. Vygotsky. A pesquisa faz parte de um projeto de pesquisa que avaliou as políticas de educação especial na cidade de Sorocaba, sob a percepção dos professores. Tal projeto contou com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número do CAAE 04934918.3.0000.5512 e foi aprovado pelo número do Parecer: 3.180.414, em fevereiro de 2019.

Gramsci (2001, 2007, 2014) fornece conceitos como instrumental analítico para analisar a realidade educacional por meio dos conceitos de intelectuais orgânicos, sociedade civil, sociedade política, Estado e escola unitária. As contribuições de Vygotsky (2008) estão relacionadas a compreensão de desenvolvimento humano, por meio dos conceitos de mediação e funções psicológicas superiores.

Após o estudo bibliográfico e documental sobre estágio e formação docente, utilizamos o instrumento questionário semiaberto para os alunos do curso de Pedagogia de uma universidade privada do interior do estado de São Paulo. O curso é oferecido em seis

semestres presenciais, mas possui 25% da sua carga horária em disciplinas e atividades no formato da educação à distância. O curso é oferecido no período matutino e noturno, ao todo seis salas. Conta em sua maioria com professores doutores no seu quadro pessoal. Inclusive, o curso tinha, 365 estudantes matriculados no ano de 2019, com média de 60 alunos por sala.

O questionário semiaberto se caracteriza por uma entrevista centrada no problema assim sendo configurado em questões abertas e estruturadas. Esse questionário trabalha com três critérios, sendo o primeiro a focalização no problema, o segundo a orientação ao objeto e por último orientação ao processo no processo de pesquisa e no entendimento do objeto de pesquisa (FLICK, 2009). Para isso, formulamos um roteiro de perguntas que continha 37 perguntas semiestruturadas, sendo 33 questões de múltiplas escolhas e quatro questões abertas que tinham por objetivo caracterizar a vivência no estágio, o tempo de estágio, e qual contribuição que o estágio trouxe para formação acadêmica do aluno. Foram impressos os questionários para entregar as salas do curso de pedagogia.

Recebemos 87 questionários, o que corresponde a 87 alunos – que serão identificados com a letra A e o número do questionário, a representar uma amostra de 24%. Dos 87 entrevistados, 49% realizam estágio não-obrigatório, sendo deste 65% realizam estágio como acompanhante de necessidades educacionais especiais (NEE). Este termo é adotado pela rede de ensino e pelas empresas que realizam o serviço de contratação de estagiários (CIEE). Ao passo que a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008b) estabelece a concepção de PAEE. Existem diferenças conceituais entre os dois termos, NEE e PAEE, todavia, a rede de ensino e o CIEE não faz distinção deles. Por isso, adotamos o NEE quando se referir ao termo empregado pelo participante, enquanto PAEE é uma terminação normativa e pedagógica.

Após a tabulação dos dados dos questionários, trabalhamos com a análise de conteúdo que, segundo Bardin (1979, p. 42), a análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Estágio não obrigatório e o curso de Pedagogia: dilemas e desafios na formação inicial e educação especial

Desta forma, focamos na análise do material, na codificação do material, para centrar as categorias de análise. A codificação é o processo pelo qual os dados são transformados e associados em unidades, permitindo descrever características existentes em cada conteúdo (BARDIN, 1979). Pela possibilidade que esta técnica oferece de investigar um objeto ou um problema de pesquisa, tendo como fonte primordial de dados os conteúdos da comunicação, foram elaborados tabelas e quadros para o desenvolvimento dessa pesquisa. As categorias definidas foram: perfil do estagiário, experiência do estágio, a atividade do estágio na escola, qualificação para o mercado de trabalhoⁱⁱⁱ, conhecimento e experiência na educação especial.

Estágio não-obrigatório no curso de Pedagogia: aspectos normativos e pedagógicos

Para compreender o significado de estágio temos três recursos, sendo o primeiro o léxico, mais precisamente o do Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010), que define estágio como “aprendizado (de qualquer profissional); aprendizado de especialização em organização pública ou particular; etapa, fase”.

O segundo ponto de análise é o etimológico, segundo Brito (2013, p. 28):

A palavra estágio tem sua origem no latim medieval *stagium*, significando fase, período preparatório, etapa. Data de 1930, o primeiro registro, no Francês, para o termo *stage*, designando estada que um cônego deve fazer durante certo tempo num local de sua igreja antes de poder desfrutar das honras e da renda de sua prebenda, sendo que prebenda é o nome utilizado ao rendimento que é pago a pastores, bispos e outros eclesiásticos. A palavra sofreu mutações para *estage*, consolidando-se como *étage*: estada, demora, permanência, residência, morada. No começo do século XIX, o Francês já tinha o termo *stagiaire*, que no fim do mesmo século passaria ao português como estagiário, designando estudante ou profissional que durante certo período presta serviços com o fim de adaptar-se a novas funções ou a aprender novas habilidades.

Atualmente, o estágio é definido pela Lei n. 11.788/2008, como sendo em seu art. 1º: “O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior” (BRASIL, 2008a).

Segundo Brito (2013), a Lei n. 11.788 é atualmente conhecida como “nova Lei do estágio”, pois ela busca regulamentar o trabalho dos estudantes inseridos no ensino regular, sendo necessário destacar que ela vem atender as necessidades do mercado de trabalho.

O artigo primeiro deixa claro que o estágio deve permitir ao educando uma relação entre teoria e prática, pois ele está presente o projeto pedagógico, principalmente no que tange à formação profissional e superior. Entretanto, o termo “trabalho produtivo” pode corresponder a adesão a Teoria do Capital Humano.

Pimenta (2006) considera que o estágio não deve ser tratado como algo dissociado entre a teoria e a prática, pois é considerado um campo de conhecimento que tem por objetivo superar a fragmentação da teoria presente no curso de Pedagogia. Todavia, o próprio curso sofre de fragmentação porque a nova definição do professor na Resolução CNE/CP n. 1/2006 alargou o conceito de docência e operou reconversão do professor em superprofessor (TRICHES; EVANGELISTA, 2012; GATTI, 2009). Em miúdos, o professor deve ser polivalente.

Para se analisar o estágio, deve se ter bem claro a distinção entre as duas modalidades: o estágio supervisionado e o estágio extracurricular. Uma das formas de distinção destas duas categorias se encontra principalmente em seus objetivos, que fica evidente no artigo 2º da Lei n. 11.788, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (BRASIL, 2008a, p. 1).

O estágio supervisionado ou obrigatório, para Pinheiro *et al.* (2018), representa a vivência com a diversidade social, que é uma ferramenta imprescindível para consolidação de uma educação inclusiva e acolhedora. Por meio do estágio se supera a discriminação e o preconceito, pois permite que a diversidade cultural seja abordada no processo de aprendizagem. É por meio da diversidade cultural que o educando percebe e compreende as verdadeiras relações sociais. Assim esta prática desenvolverá nos futuros docentes a sensibilidade e o cuidado com essas questões, atuando de forma crítica na superação da desigualdade, contribuindo assim para uma educação justa e solidária.

O estágio permite uma problematização e reflexão da realidade à própria luz do conhecimento, assim sendo um momento de construção de uma identidade profissional. Tal identidade é constituída nos processos formativos.

Estágio não obrigatório e o curso de Pedagogia: dilemas e desafios na formação inicial e educação especial

Conforme a Lei n. 11.788/2008, em seu artigo 2º, pode se notar a existência de duas modalidades de estágios. A primeira é o estágio em sua função obrigatória, que é realizada por um tempo determinado e com um objetivo específico, que pode variar de curso para curso, pois a carga horária é definida segundo a legislação de cada profissão. O estágio obrigatório traz em sua realização a necessidade de um acompanhamento/supervisão tanto pela instituição de ensino como pela instituição que recebe estes alunos (BRITO, 2013).

O estágio não-obrigatório faz parte da segunda modalidade de tipos de estágio, sua diferença se encontra no fato de que, nesta modalidade de estágio, a universidade não exige a entrega de relatórios. Inclusive, a remuneração é outro fator que distingue o estágio não-obrigatório do estágio obrigatório.

O estágio não-obrigatório é, atualmente, usado pelos estudantes como uma fonte de renda extra, recebida na forma de bolsa-auxílio que pode ser usada tanto para pagamento do curso ou outras despesas com a família e educação. Niskier e Nathanael (2006) ainda destaca que o estágio é uma ótima forma de proporcionar a formação completa do estudante, pois ele só pode exercer o trabalho se estiver matriculado, assim mantendo o aluno em sala de aula. Todavia, hoje, o estagiário da modalidade não-obrigatório não tem a opção de escolher em que área atuar, pois ele é automaticamente direcionado para o trabalho escolar com alunos com NEE.

Para atender as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB n. 2 de 2001, as prefeituras realizaram parcerias com as instituições superiores de ensino para que elas façam em conjunto façam valer o que diz no art. 2º: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (BRASIL, 2001).

Após essa diretriz e a política de educação inclusiva implementada no governo Lula e Dilma, os alunos de Pedagogia foram direcionados em seus estágios para auxiliar os alunos com deficiência e TEA na sala de aula, pois houve uma grande demanda de estudantes público alvo da educação especial nas escolas (BRASIL, 2008b).

Tendo presente o artigo 208 da Constituição Federal de 1988 que garante o ensino de qualidade e a inclusão dos alunos com deficiência, várias medidas foram tomadas, e uma

delas é a parceria com as universidades que ajudam contribuindo com a formação docente e o estágio de seus alunos, como consta na pesquisa de Prieto *et al.* (2004).

Dessa forma, as universidades oportunizam seus alunos para realizarem o estágio não-obrigatório nas escolas municipais ou estaduais. Porém, segundo Ricardo e Delgado (2014), os estagiários por vezes ficam em salas com mais de um aluno PAEE, chamado pelos professores e estagiários de aluno da inclusão, e não recebem o devido apoio no que se refere a instrução sobre como se desenvolver o trabalho com tais alunos.

O estagiário é um grande mediador e promovedor do processo de inclusão, quando realizado de forma planejada e sistematizada, seu trabalho pode contribuir grandemente para este verdadeiro processo e promover o desenvolvimento integral do aluno com necessidades educacionais especiais. Grande parte dos respondentes afirmaram que ao iniciar seu estágio não receberam capacitação/ formação/ orientação adequada para lidar com o aluno com necessidades educacionais especiais e por vezes fazem além do que está no contrato (RICARDO; DELGADO, 2014, p. 80).

O problema não está no fato de os estudantes trabalharem no atendimento aos alunos PAEE, mas sim em não lhes dar uma orientação e apoio para enfrentar os obstáculos presentes dentro das salas de aulas. Vale ressaltar ainda que ao entrar em uma escola para trabalhar como estagiário, este continua sendo um aluno, um acadêmico, em processo de construção de seu perfil profissional.

Estágio não-obrigatório para os licenciandos em pedagogia: dilemas entre a formação pedagógica e a qualificação para o mercado de trabalho

O primeiro dado que chamou atenção concerne que dos 87 entrevistados, 95,3% é composto por mulheres, o que reforça a feminização do magistério (LIMA; SILVA, 2020; RABELO; MARTINS, 2010; SÁ; ROSA 2004). Os estagiários possuem em sua grande maioria a faixa da idade entre 18 a 24 anos, o que equivale a 79% do grupo. A grande maioria dos estudantes informam que estão solteiros, o que representa 81% da amostra.

Dos entrevistados, 68,6% residem na cidade de Sorocaba e os demais precisam realizar uma viagem intermunicipal para chegar à instituição diariamente. Alguns estudantes moram em outras cidades vizinhas ou próximas, como: Votorantim, Piedade, Salto de Pirapora, Tatuí, Araçariguama, Cesário Longe, Itapetininga, Capela do Alto, Araçoiaba da Serra, Porto Feliz e Vargem Grande.

Em relação à formação inicial, 92% dos estudantes possuem apenas o ensino médio, 4,6% cursou o antigo “Magistério” (formação de professor em nível médio) e os demais

Estágio não obrigatório e o curso de Pedagogia: dilemas e desafios na formação inicial e educação especial

apresentaram outra formação que não diz respeito à área de educação. Então, é a primeira vez para muitos que entram numa instituição de ensino

Para ingressar no curso de Pedagogia, 66,3% do grupo não teve nenhum tipo de financiamento para o curso, o que significa que eles são os responsáveis em custear os gastos com as mensalidades do curso. A respeito da renda do estudante, uma parcela significativa conta com a ajuda da família (49% dos entrevistados), 22% possui renda própria ou outro tipo de emprego, 23% depende do estágio não-obrigatório remunerado como forma de renda; outros 6% não responderam (em branco).

Dos alunos entrevistados, 49% realizam algum tipo de estágio, no qual destes 1,1% realizam estágio obrigatório sem remuneração, 4,6% realizam estágio obrigatório com remuneração, 43% está no estágio não-obrigatório com remuneração e 1,1% realizam estágio extracurricular sem remuneração. Ou seja, grande parte encontra-se no estágio não-obrigatório enquanto cursa Pedagogia. Cumpre acrescentar que os estágios obrigatórios do curso de Pedagogia se iniciam no terceiro semestre e finalizam-se no sexto, ao todo são quatro estágios: educação infantil, ensino fundamental, gestão e coordenação pedagógica na educação básica, gestão e coordenação pedagógica em espaços não escolares.

Ao serem questionados sobre em que tipo de instituição realizam estágio, aproximadamente 37,4% dos alunos trabalham em escolas municipais por meio da instituição Centro Integrado Escola-Empresa (CIEE) que tem parceria com a prefeitura municipal de Sorocaba, e 18,6% dos que responderam a entrevista trabalham em instituições particulares. Outros 45% não responderam (em branco).

Verificamos que a grande maioria iniciou o estágio não-obrigatório no primeiro semestre, por volta de 38% dos participantes. Quando o aluno inicia o terceiro semestre de curso, há relatos informais de alguns alunos comentarem da necessidade de desligar-se do estágio remunerado (não-obrigatório) para conseguir realizar os estágios obrigatório da universidade. O elevado número de alunos que realizam estágio não-obrigatório desde o primeiro semestre ocorre porque o CIEE não estabelece como requisito a necessidade de experiência na área, mas apenas estar matriculado em um curso de Pedagogia (credenciado pelo Ministério da Educação) e realizar uma avaliação de conhecimentos básicos na área de língua portuguesa, matemáticas e atualidades.

Ao cotejar dados de estagiário por semestre, constatamos que há muitos alunos do primeiro e segundo semestre trabalhando em instituições municipais pelo programa CIEE, o que representa 20,7%, porém, quando você chega ao quinto e sexto semestre, notamos que há uma equivalência na quantitativa de estágios entre as instituições particulares e municipais. Partimos da hipótese que neste período de final de curso, a grande maioria dos estudantes começa a buscar um lugar onde possa ser contratado como pedagogo após o final do curso. Entrar para instituições particulares torna-se mais fácil após já ter adquirido experiência nas instituições públicas.

Apesar de o estágio ser recorrente na vida acadêmica, um grupo significativo, 37% disseram não ter conhecimento relacionados aos direitos do estagiário, outros 47,6% afirmaram que possuem conhecimentos parciais. Somente 9% responderam que conhece os seus direitos. Podemos questionar: será que o desconhecimento dos direitos trabalhistas dos estagiários os deixa vulneráveis a um trabalho baseado na exploração da mão de obra jovem e menos dispendiosa de custos?

Em relação a etapa de ensino em que o estágio foi realizado, de acordo com a tabela 1, um grupo significativo ficou responsável pelos três primeiros anos do ensino fundamental (35%), que é justamente o período de alfabetização e letramento, seguido de um grupo considerável na educação infantil (22,10%). A frequência do estágio não-obrigatório para os anos finais do ensino fundamental teve muita baixa recorrência. Isto é, o objetivo do curso de Pedagogia que é preparar para a docência na educação infantil e nos iniciais do ensino fundamental está sendo cumprido, pois 65% dos estágios não-obrigatórios está sendo realizado nessas etapas de ensino.

Tabela 1 – Etapas de ensino dos estágios não-obrigatórios realizados

| ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA | QUANTIDADE | EQUIVALÊNCIA |
|--|-------------------|---------------------|
| 1º ao 3º ano do ensino fundamental | 30 | 35% |
| pré-escola | 10 | 11,60% |
| creche | 9 | 10,50% |
| 4º ao 5º ano do ensino fundamental | 7 | 8% |
| anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano) | 2 | 2,30% |
| branco | 29 | 33% |

Fonte: dados de pesquisa, 2019. Elaboração dos autores.

Todavia, relatos informais dos estagiários é que o ensino fundamental é escolhido por causa do horário de funcionamento da instituição universitária e da unidade escolar.

Estágio não obrigatório e o curso de Pedagogia: dilemas e desafios na formação inicial e educação especial

Para alunos que cursam a graduação matutina, é difícil conseguir conciliar com a educação infantil, por causa dos horários de funcionamento das instituições escolares, como creches e pré-escola.

Em relação aos conhecimentos adquiridos no estágio, 47,6% acreditam que o estágio contribui para a formação inicial. O estágio se mostrou um local de constituição da identidade docente, preparando os alunos para o mercado de trabalho no que tange a atuação com alunos de inclusão e práticas pedagógicas. Todavia, é preciso considerar que a formação do professor, assim como a de outros profissionais, está seguindo a lógica da reestruturação produtiva das atividades ocupacionais e uma das estratégias é incorporar as novas gerações de trabalhadores à força de trabalho (PEREIRA; SANTOS; SEGUNDO, 2020).

Sobre o preparo para o mercado de trabalho, 32,5% acreditam totalmente que o estágio contribui na compreensão do ambiente de trabalho que assumirão futuramente. Há 31,4% dos estudantes acreditam que o estágio contribui parcialmente, 5,9% acreditam que a sua contribuição se dá de forma insatisfatória e apenas 4,6% acreditam que o estágio não contribui para a preparação para o mercado de trabalho. Embora os alunos se preocupem com a inserção no mercado de trabalho, refletimos que a educação não é uma mercadoria, ela é um bem público destinado a trabalhar no desenvolvimento humano e emancipação do indivíduo. Considerar a educação como um mercado de trabalho faz parte das estratégias de hegemonia da classe dominante, por meio da atuação agências internacionais que concebem a educação como capital humano (PEREIRA; SANTOS; SEGUNDO, 2020).

No que tange a contribuição do curso de Pedagogia para a realização do estágio, 33,7% acreditam que o curso foi satisfatório, 47,6% pensam que o curso contribuiu parcialmente, 8,1% percebem que sua formação se deu de forma insatisfatória e 2,3% afirmam que o curso não propicia articular os conhecimentos. Ainda teve alguns que relataram que tiveram que buscar outros meios para conseguir este conhecimento, o que corresponde a 1,1%.

Sobre o suporte que o estudante recebeu do coordenador do curso como dos professores da universidade no que se refere às orientações iniciais e preparo para o estágio não-obrigatório, 16,2% acreditam que houve preparação para o estágio, 28% dos alunos afirmaram que houve orientação de forma parcial, 18,6% alegam que as orientações dadas foram insatisfatórias, 8,1% informam que não receberam nenhuma orientação sobre o

estágio, e 12,8% buscaram outros meios para se informar. Assim, sinaliza que não há uma articulação entre universidade, prefeitura e CIEE.

Verificamos também que em sua grande maioria os estudantes percebem o estágio como uma forma de vivência de forma mais clara dos percursos e desafios que terão que enfrentar no mercado de trabalho. Para 32,5% dos alunos acreditam que o estágio traz a oportunidade de preparação para o mercado de trabalho, 31,4% consideram que o estágio prepara de forma parcial, 5,8% disseram que o estágio prepara de forma insatisfatória. Ainda teve quem informou que o estágio não prepara para o mercado de trabalho, mais precisamente 4,6% e outros que buscaram outro meio para se preparar para o mercado de trabalho, com participação de 3,5%.

Muitos alunos do curso de Pedagogia afirmam que o estágio proporcionou uma reflexão sobre a realidade das salas de aula no que se refere à diversidade, desafios e a construção de identidade docente, quando foram perguntados sobre as contribuições e desafios do estágio não-obrigatório para a sua graduação e preparo para o mercado de trabalho. As respostas encontradas foram: “Proporcionou uma reflexão sobre o conteúdo atual em que a nossa educação se encontra” (A1); “ajuda conhecer ambiente e ver que durante o caminho existiram vários desafios a serem feitos” (A2); “oportunidade de observar a postura do professor e refletir” (A24); “ajudar-me a enxergar o tipo de profissional que eu não quero me tornar, e boas referências” (A25); “ele [o estágio] nos dá uma base de como atuarmos quando nos formarmos” (A27); “preparar para saber trabalhar com a diversidade” (A55).

As contribuições foram para compreender melhor os alunos de inclusão sabendo um pouco como lidar com as situações os desafios são enormes, considerando que o pedagogo não sai preparado para docência, é preciso buscar outros meios para conseguir de fato ser um bom profissional (A7).

Também houve alunos que observaram a partir do estágio que os conhecimentos adquiridos pela teoria e prática não foram suficientes para enfrentar as dificuldades que a escola possui, por exemplo: “Falta de apoio e preparo da equipe, principalmente com relação as pessoas com necessidades especiais” (A9); “ainda há muito a se fazer na capacitação dos professores e estrutura da educação” (A32); “falta de diálogo, estar abaixo da hierarquia, ficar sempre com o cuidado [de crianças com necessidades educacionais

Estágio não obrigatório e o curso de Pedagogia: dilemas e desafios na formação inicial e educação especial

especiais] (A51)”; “contribuir para ver a rotina da sala de aula, o desafio é a falta de preparar o inicial para trabalho com alunos com deficiência” (A53). Acrescentamos que, categoricamente, 17 alunos responderam que não tiveram nenhuma contribuição por meio do estágio não-obrigatório.

Com base nos relatos, constata-se que várias visões sobre estágio e mercado de trabalho, por outro lado, revela que o estágio é um momento propício para que estudante possa conhecer e esboçar as primeiras resoluções para os desafios da carreira profissional. O maior desafios apresentados pelos estudantes nos relatos informais é a implementação da política de inclusão escolar, fato que se confirmou na apuração dos questionários. A inclusão escolar em Sorocaba é constatada na produção científica sobre a política de educação especial produzida por Camargo (2014), Publio (2016) e Silva (2019). Ambos estudos constataram lacunas, possibilidades e desafios na consolidação de uma inclusão escolar, desde a necessidade de uma formação inicial e continuada consistente teórico e metodologicamente, até dificuldades que surgem chão da escola. Os dados demonstraram que os profissionais necessitam de um preparo pedagógico de qualidade para receber e atender um aluno com deficiência seja ela qual for. Também sinalizaram que o campo educacional é expressivo e existe muitos alunos PAEE matriculados, conforme o relato dos professores e funcionários das escolas. É possível destacar o empenho dos professores, que em sua maioria, trabalhavam numa inserção dos alunos PAEE nas atividades escolares. Ainda falta a cobertura integral do Atendimento Educacional Especializado na rede municipal, bem como uma política pública de educação especial sistemática, contínua e com financiamento de recursos humanos e materiais. (SILVA, 2019).

Tendo presente essa realidade, percebemos que é compreensível, no plano empírico, que a escola busque utilizar do trabalho dos estagiários do curso de Pedagogia para trabalhar com os alunos com NEE. Contudo, baseando-nos no pensamento de Gramsci (2007) refletimos que o CIEE tem atuado como uma sociedade civil que representa os interesses da administração municipal, conseqüentemente, trabalha na perspectiva de profissionalização e precarização do trabalho do estagiário. Por sociedade civil entendemos como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito (GRAMSCI, 2011). Ou seja, o CIEE media a relação entre a base econômica e o município, na

esteira de uma parceria que é vantajosa para ambos: CIEE ganha visibilidade e lucratividade pelo setor educacional, e o município não deixa de assistir os alunos com NEE.

Aliás, a perspectiva mercadológica se faz presente, a educação foi apoderada por intelectuais orgânicos à burguesia que defendem estratégias de compensação da desigualdade social e escolar. Criaram a estratégia de consenso de que o estágio é uma oportunidade de desenvolvimento profissional e democratização da educação. Na verdade, construíram uma falsa ideia de democratização da educação, uma vez que a profissionalização se circunscreve no tecnicismo pedagógico.

O fato de a universidade conceder esse tipo de estágio e a prefeitura fazer uma parceria com o CIEE, gera uma divisão fundamental: universidade versus profissionalização. Essa divisão representa a consolidação de diferenças das classes sociais. A profissionalização é destinada para aqueles que irão trabalhar em posições subalternas no âmbito da escola, ao passo que a universidade deveria dar condições para formar quadros dirigentes, ou pedagogos, que pudessem realizar o trabalho educativo numa relação dialética entre teoria e prática.

Parafraseando Gramsci (2001), a universidade deveria ser um espaço que contribuísse para equilibrar, de modo justo, o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual.

Apoiando-nos em Vygotsky (2008), o estagiário é um ser em desenvolvimento que precisa de um trabalho de mediação que possibilite aprimorar suas funções psicológicas superiores. O trabalho do estagiário está no plano empírico, sem condições de abstrair a realidade educacional para o plano concreto real e concreto pensado.

Estágio não-obrigatório e a Educação Especial: experiências que (de)formam

Segundo os dados da pesquisa, 40,7% não foram contratados inicialmente para trabalhar com alunos de NEE, porém deste montante 48,6% acabaram tendo seu campo de atuação alterado a pedidos da gestão escolar. Uma das alunas entrevistadas relatou na conversa informal que houve uma palestra de preparação para os estagiários no CIEE. No dia de formação, uma das palestrantes disse: “Nem os pais escolheram ter filhos especiais, quanto mais vocês poderão escolher os alunos”. Trata-se de uma concepção ideológica, como diria Gramsci (2014), porque a ideologia é uma concepção de mundo transformada em vontade, a ponto de dirigir o pensamento, o sentimento e a ação do sujeito. No caso dos

Estágio não obrigatório e o curso de Pedagogia: dilemas e desafios na formação inicial e educação especial

estagiários, a palestrante se portava como intelectual com o objetivo de moldar a visão dos estagiários para que eles se adequassem a norma.

De acordo com a tabela 2, 41 alunos com NEE foram atendidos pelos estagiários que eram remunerados, o que apresenta uma parcela significativa. Chama atenção que dentro do PAEE, alunos com TEA apresentam maior quantidade, seguidos daqueles que possuem múltiplas deficiência e deficiência intelectual. Esses tipos de deficiências foram considerados as mais difíceis de trabalhar pedagogicamente, conforme relato dos professores da rede municipal de Sorocaba (SILVA, 2019). Talvez por isso transferem a responsabilidade para o estagiário que, por sua vez, não possui nenhuma qualificação para tal tarefa.

Tabela 2 – Alunos com necessidades educacionais especiais que foram assistidos pelos estagiários

| ALUNOS COM NEE | QUANTIDADE | EQUIVALÊNCIA |
|--------------------------------------|-------------------|---------------------|
| Transtorno do espectro autista (TEA) | 15 | 17,5% |
| Múltiplas deficiência | 13 | 15% |
| Deficiência intelectual | 10 | 11,5% |
| Em processo de diagnóstico clínico | 2 | 2,8% |
| Deficiência auditiva ou surdez | 1 | 1,4% |
| Em branco | 46 | 51% |

Fonte: dados de pesquisa, 2019. Elaboração dos autores.

Conforme o estudo de Nunes e Manzini (2019), os profissionais da educação conotam as características dos alunos com TEA de forma negativa, reproduzindo preconceitos e estereótipos. As características do espectro do autismo por alguns profissionais da educação dizem respeito “[...] às concepções do senso comum, ou seja, são comumente ouvidas e proferidas como verdades absolutas e que vão se sedimentando e solidificando, tornando-se concepções da comunidade escolar” (NUNES; MANZINI, 2019, p. 83). Será que por essa razão os estagiários atuam com maior frequência com o referido público?

Destacamos que a ausência do estagiário com o público que possua deficiência física ou visual pode sinalizar que aluno cego ou baixa visão, ou com alguma deficiência física não tem sido empecilho para os professores. Já os alunos que demandam um trabalho na capacidade cognitiva e afetivo social tem se apresentado como um desafio escolar. Justamente um público que demanda rotinas pedagógicas e cuidados com a higiene.

Segundo os estudantes o estágio se divide a dois campos de atuação principal, a primeira é o auxílio nas práticas pedagógicas e a segunda refere-se aos cuidados específicos de higienização, locomoção e alimentação. Ou até mesmo atuação um trabalho de múltiplas funções, que engloba a junção das duas dimensões anteriormente citadas, ou seja, além de acompanharem alunos com NEE, auxiliam a professora com os demais alunos da turma. Grande parte das atividades desenvolvidas se encontra no auxílio em relação as Atividades de Vida Diária (AVD), principalmente dos alunos com NEE. Isto é, atuam na dimensão do cuidar, como os estudantes relatam: *“cuido da higiene, bem estar das crianças e alimentação (A2)”*; *“acompanho uma aluna com necessidades educacionais especiais (cuidar), além da parte pedagógica” (A9)*.

Alguns estagiários que além da AVD, também auxilia na atividade pedagógica. Outros relataram que realizam atividades pedagógicas como planejamento de aulas para alunos PAEE ou não, alfabetização, organização do caderno agenda, da sala e dos materiais e entre outras tarefas de rotina pedagógica. Mas cabe a pergunta: tais atividades fazem parte do rol do estagiário? Para Vioto e Vitalino (2020, p. 597), “[...] faz parte das atribuições dos professores que atuam em salas regulares de ensino, desenvolver uma prática pedagógica que contemple estratégias que respondam às características e às necessidades peculiares a cada aluno”.

Cabe nos problematizar: O estágio não-obrigatório dos alunos de Pedagogia estaria substituindo o trabalho de cuidador nas escolas? Ou até mesmo do professor auxiliar? O estágio está sendo realmente usado pelas prefeituras para propiciar uma formação aos estudantes ou está sendo realizado como mão de obra barata?

Os estagiários do curso de pedagogia estão desempenhando funções que vão além do que deveria. O cuidado com higiene, locomoção e alimentação deveria estar sendo desenvolvido por uma cuidadora, mas a Secretaria da Educação (Sedu) de Sorocaba conta com aproximadamente 1 cuidador para cada 4 crianças e, assim, o serviço é transferido para o estagiário, que não pode ser o responsável segundo a legislação que regulamenta a função do estagiário. Importa esclarecer que o Senado Federal aprovou, no dia 22 de maio de 2019, o projeto de lei da Câmara n. 11/2016 que cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador

Estágio não obrigatório e o curso de Pedagogia: dilemas e desafios na formação inicial e educação especial

de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências. Porém, até o presente momento o projeto de lei não foi assinado pelo presidente da República (SENADO FEDERAL, 2020).

Além dos relatos de estagiários que precisam dar suporte para alunos com NEE e para os demais alunos da turma, a falta de definição do trabalho que deve ser desenvolvido pelos estudantes de pedagogia no espaço de trabalho criam a sensação de insegurança frente a profissão futura, a sensação de que não domina certos conhecimentos por completo.

Ademais, como está sendo o aprendizado das crianças com a assistência do estagiário? Para Vygotsky, “[...] o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas” (2008, p. 60). Dessa forma, como professor e estagiários estão trabalhando no aprendizado escolar pelo aluno com NEE? Como está sendo o aprendizado do estagiário no curso de Pedagogia e na atividade profissional?

À guisa de conclusão

Os dados da pesquisa permitem inferir que a atuação dos estagiários do curso de Pedagogia de uma universidade privada ocorre em instituições escolares municipais e, principalmente, vinculadas ao CIEE. O trabalho realizado, geralmente, envolve atividades de vida diária – cuidados com higiene, locomoção e alimentação – quando não somadas as atividades pedagógicas.

A percepção dos estagiários quanto ao curso indica que eles não veem de forma clara e evidente a fragmentação do curso e seu atrelamento as necessidades do capital. Apesar de expressar insatisfação com as atividades realizadas, em especial, no caráter de cuidados, existe um consenso na fala dos estagiários de que essa tarefa faça parte do aprendizado profissional. Com exceção de alguns estagiários, o estágio não é visto como precarização da formação do educador.

A partir desses dados sugerimos investigação que aprofunde a relação cuidar e educar, tão presente na educação infantil, na visão dos licenciandos em Pedagogia: a infantilização do aluno com NEE tem sido recorrente nos estagiários? A Educação Especial tem sido percebida como assistência terapêutica? Também seria fundamental ampliar o número de amostras, abrangendo outras instituições de ensino superior (público ou privadas) e trabalhar no aprimoramento dos procedimentos metodológicos. Além de

investigar com maior precisão e rigor a formação dos pedagogos e sua relação com a educação especial, por meio dos diferentes tipos estágios.

Portanto, o estágio não-obrigatório realizado por alunos do curso de Pedagogia não cumpre o seu papel pedagógico. Constitui um processo laboral de aproveitamento da mão-de-obra barata de pessoas jovens, inclusive, de mulheres, que veem uma chance de ascensão profissional na Pedagogia.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 01 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: CNE, 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de set. 2008a.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008b.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia e licenciatura. Brasília, DF: MEC, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRITO, S. A. da S. **Estágio Remunerado, formação, profissionalização e precarização do trabalho docente**: um estudo a partir do programa “resistência educacional”. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2013.

CAMARGO, M. R. T. de. **Salas de recursos multifuncionais**: um estudo sobre a formação e atuação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014.

CASTANHEIRA, S. F. Formação de professores: do direito à educação ao direito da aprendizagem. In: SILVA, M. A.; CUNHA, C. **Educação Básica**: políticas, avanços e pendências. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p. 261-294.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

Estágio não obrigatório e o curso de Pedagogia: dilemas e desafios na formação inicial e educação especial

FONSECA, J. J. S. D. **Metodologia da pesquisa científica**. UEC: Fortaleza. 2002.

GRUPO GLOBO. **Grupo Ser Educacional é condenado a pagar R\$ 100 mil por estágio irregular em Pernambuco**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2018/09/03/grupo-ser-educacional-e-condenado-a-pagar-r-100-mil-por-estagio-irregular-em-pe.ghtml>. Acesso em: 02 nov. 2019.

GATTI, B. A. et al. Avaliação dos currículos de formação de professores para o ensino fundamental. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 215-234, maio/ago. 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – volume 1: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – volume 2: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere – volume 3: Maquiavel; notas sobre o Estado e a política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola** - teoria e prática. São Paulo, Heccus, 2003.

LIMA, R. de S.; SILVA, J. H. Feminização do magistério na rede municipal de ensino de Sorocaba sob a perspectiva dos professores. **Revista Série de Estudos**, UCDB, Campo Grande, 2020. (no prelo).

NADALETO, M. **Prefeitura de Peruíbe é condenada por irregularidades no trabalho dos estagiários**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/prefeitura-de-peruibe-e-condenada-por-irregularidades-no-trabalho-de-estagiarios.ghtml>. Acesso em: 02 nov. 2019.

NISKIER, A; NATHANAEL, P. **Educação, estágio & trabalho**. São Paulo: Integrare Editora, 2006.

NUNES, V. L. M.; MANZINI, E. Atribuições de profissionais da educação sobre o aluno com autismo. **Revista Cocar**, UEPA, Belém, v. 13, n. 25, p. 75-96, jan./abr. 2019.

OLIVEIRA, I. M.; PINTO, A. K. P. Estágio extracurricular e formação em educação especial. In: CAIADO, K.R.M.; JESUS, D. M., BAPTISTA, C. R. (Org.). **Professores e educação especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

PEREIRA, G. A.; SANTOS, J. D.; SEGUNDO, M. das D. M. Formação docente no horizonte da educação para o mercado: alguns elementos para o debate. **Revista Cocar**, UEPA, Belém, v. 14, n. 28, p. 401-419, jan./abr. 2020.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poésis**, UFG, Catalão, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 25 out. 2006.

PINHEIRO, T. dos S. et al. O papel do estágio na formação de professores: as contribuições para a formação na diversidade. In: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, III JORNADA CHILENA BRASILEIRA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DIREITOS HUMANOS. Campina Grande, 2018. **Anais** - Direitos Humanos, Diversidade e Práticas Inclusivas. Editore Realize e Eventos, 2018.

PUBLIO, P. L. R. **Políticas de educação especial no município de Sorocaba, de 1988 a 2012**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2016.

PRIETO, R.G. et al. Políticas de inclusão escolar no Brasil: descrição e análise de sua implementação em municípios em diferentes regiões. In.: XXVII REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu, 2004. **Anais**. ANPED, 2004.

RABELO, A. O.; MARTINS, A. M. A mulher no magistério: Um histórico sobre a feminização do magistério. In: CONGRESSO LUSO- 12 -BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, 2010, Uberlândia. **Anais...** PUC-RJ, UFU, Unesp, UFPR, Universidade do Minho, Universidade de Lisboa, 2010.

RICARDO, A. L. S.; DELGADO, O. O. C. O papel do estagiário na educação especial nas séries iniciais do ensino fundamental do município da Serra: descortinando as práticas. **Revista Científica Espaço Acadêmico**, Editora Multivix, v. 5, n. 10, p. 68-82, jul./dez. 2014.

SÁ, C. M.; ROSA, W. M. A história da feminização do magistério no Brasil: Uma revisão bibliográfica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3, 2004, Curitiba. **Anais** - Educação Escolar em Perspectiva Histórica: Curitiba, PUCPR, SBHE, 2004.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2016**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125798>. Acesso em: 15 jun. 2020.

SEVERINO, A. J.; PIMENTA, S. G. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, J. H. da. **Relatório de pesquisa - Avaliação das políticas educacionais oferecidas as pessoas com necessidades especiais**. 2019.

TRICHES, J.; EVANGELISTA, O. Curso de Pedagogia: espaço de reconversão do professor em superprofessor. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL (Anped), 9, 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2012.

VIOTO, J. R. B.; VITALINO, C. R. Estratégias de ensino favoráveis ao processo de inclusão de alunos público alvo da educação especial: levantamento em teses e dissertações. **Revista Cocar**, UEPA, Belém, v. 14, n. 29, p. 584-602, maio/ago. 2020.

VYGOTSKY, Lev S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Agradecimentos

Agradecemos ao órgão de financiamento Programa Escola da Família (Fundação para o Desenvolvimento da Educação, Governo do Estado de São Paulo) que concedeu bolsa de estudos a autora. Também somos gratos às alunas que colaboraram na realização da pesquisa: Flaviane Luzia de Castro, Patrícia Rodrigues Pereira.

Notas

ⁱ O artigo é fruto de um projeto de pesquisa do coautor sobre a educação especial em Sorocaba. A primeira autora fez parte desta investigação que teve sua publicação prévia no formato de trabalho de conclusão de curso.

ⁱⁱ Instituída pela Lei Complementar Estadual nº 1.241, de 8/05/2017, é composta por 27 municípios conturbados no interior do Estado de São e se localiza a 100 km da capital. Divide-se em três sub-regiões: a) Sub-Região 1: Alambari, Boituva, Capela do Alto, Cerquillo, Cesário Lange, Jumirim, Sarapuí, Tatuí, Tietê e Itapetininga, município incorporado após a sua institucionalização; b) Sub-Região 2: Alumínio, Araçariguama, Ibiúna, Itu, Mairinque, Porto Feliz, Salto e São Roque; c) Sub-Região 3: Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Pilar do Sul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, Tapiraí e Votorantim.

ⁱⁱⁱ O termo mercado de trabalho foi adotado porque a própria universidade privada adota o *slogan* como a instituição mais preferida do mercado de trabalho. O *marketing* do curso de Pedagogia acontece na mesma direção, afirmando que a universidade que mais aprova professores em concursos públicos e aquela que mais emprega. Desse modo, é um termo utilizado pela instituição e atrativo pelos estudantes. Por esse motivo, o termo foi empregado, uma vez que faz parte das condições objetivas de existência dos alunos.

Sobre os autores

Ana Lídia de Oliveira Santos

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Paulista, *campus* Sorocaba.

E-mail: ana.analidia.santos37@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1276-5823>

João Henrique da Silva

Professor do magistério superior visitante da Universidade Federal de Roraima, *campus* Paricarana. Doutor em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Filósofo e pedagogo.

E-mail: jhsilvamg@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0277-0466>

Recebido em: 16/06/2020

Aceito para publicação em: 14/07/2020